

Mercado de trabalho feminino no agronegócio paranaense¹

Debora Kassem Buturi²
Marcos de Oliveira Garcias³

Resumo – Esta pesquisa analisa o perfil das mulheres que atuam no agronegócio do Paraná, tendo como foco os aspectos socioeconômicos das trabalhadoras. Usa como principal base de dados a Pnad e, de forma complementar, a Cnae 2.0 e informações do Cepea e da Rais. Estimou-se que para 2015 o agronegócio paranaense respondeu por 23% do total de mulheres ocupadas no estado, em que o segmento primário emprega a maior parcela de trabalhadoras, com 41% do total. Destas, 53% são empregadas com carteira assinada e 16% atuam por conta própria. O segmento primário se destaca por agrupar a maior concentração de mulheres que trabalham para o consumo próprio e que não são remuneradas, além de se caracterizar pelo emprego de mulheres com a menor média de anos de estudo e de nível de instrução. O rendimento mensal médio auferido pelas trabalhadoras do agronegócio foi de R\$ 1.648,00 para o ano analisado, sendo do segmento produtor de insumos as mais bem remuneradas. Quanto à posição no trabalho, as mais bem remuneradas são empregadoras, seguidas pelas que atuam por conta própria. Quanto ao nível de instrução, mulheres com formação superior recebem salário 226% maior do que o das que não possuem formação, 192% superior ao das que possuem formação fundamental e 136% superior ao das trabalhadoras de formação média.

Palavras-chave: mulheres, Paraná, Pnad.

Female agribusiness labor market of Paraná

Abstract – This study measures, analyzes and discusses the profile of women who work in the agribusiness in the State of Paraná, focusing in the socioeconomic aspects of these workers in the different segments of this sector. It uses as the principal data base the PNAD and, in a complementary way, it uses CNAE 2.0, Cepea and RAIS information. We estimate that, in 2015, the Paraná agribusiness corresponded to 23% of the total female population occupied in the state, with 41% of them working in the primary activities. Among these women, 53% are employed with a formal contract and 16% are self-employed. The primary segment concentrates the biggest part of the women that work for their own consumption and of unpaid women. Besides, this segment is also characterized by the employment of women with the lowest average years of education and of

¹ Original recebido em 6/4/2020 e aprovado em 25/5/2020.

² Mestranda em Economia. E-mail: deborakassem@live.com

³ Doutor em Economia Aplicada, professor do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Unila. E-mail: marcos.garcias@unila.edu.br

instruction level. The remuneration of these women, on average, was R\$ 1,648 per month, and those who are better paid work with inputs production. Regarding to the position in the work, those women who are better paid work as employers, followed by those who are self-employed. Finally, towards the education level, women graduated in higher education receive 226% more than those without scholar formation, 192% more than those with elementary education and 136% more than those with high education.

Keywords: women, Paraná, PNAD.

Introdução

O agronegócio é uma cadeia produtiva estruturada com ligações a montante (incorporação de tecnologia por meio de insumos agrícolas) e a jusante (produção de produtos diferenciados) a partir das atividades agropecuárias (Cepea, 2017). Ele envolve as atividades de produção de insumos, produção agropecuária, atividades de processamento dos produtos agropecuários e atividades de comércio, transporte e demais serviços que se distribuem ao longo da cadeia produtiva até o consumidor final ou a exportação (Castro et al., 2017).

De acordo com a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab) (Paraná, 2019b), os dados do Censo Agropecuário de 2017, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), colocam o Paraná entre os cinco maiores produtores do Brasil, líder na produção avícola e na disputa pela liderança nos setores de soja, milho e suinocultura. Entre os fatores que contribuem para a atual conjuntura do agronegócio paranaense, destacam-se as condições climáticas, a diversificação de atividades, a integração agroindustrial, o uso de material genético de padrão adequado, a baixa inadimplência e o zoneamento de determinadas culturas (Paraná, 2019a). Segundo Norberto Ortigara, responsável pela Seab, a tecnologia pode ser vista como a principal responsável pelo desempenho do estado neste setor (Paraná, 2019a).

Além dos aspectos produtivos, a evolução do agronegócio reflete-se também no mercado de trabalho, que se ajusta às alterações tecnológicas em curso no setor agropecuário, bem como às alterações no âmbito socioeconômico.

Assim, verifica-se aumento da demanda e da elaboração de estudos sobre o mercado de trabalho do agronegócio, nos níveis nacional e estadual. A participação das mulheres nesse mercado tem desempenhado papel decisivo no gerenciamento da cadeia produtiva, mas ainda é um tema pouco explorado e percebido tanto pela academia quanto por agentes econômicos e políticos. Provável causa disso é a invisibilidade atribuída ao trabalho feminino e à contribuição da mulher na renda familiar, fazendo com que ele permaneça considerado como desprovido de valor produtivo e que perpetue, assim, sua condição de responsabilidade diante dos afazeres domésticos e dos cuidados dos filhos e de demais membros da família (Cielo et al., 2011, 2014; Castro et al., 2017).

Como destaca Cielo et al. (2011), o aumento do ingresso das mulheres na força de trabalho e na população economicamente ativa teve início na década de 1970, impulsionado pelas transformações socioculturais e pelas mudanças nos valores atribuídos ao papel da mulher na sociedade. Contudo, Bruschini (2007) aponta que, simultaneamente ao aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, observase a permanência de características do cenário anterior, como a elevada concentração de mulheres em setores vulneráveis e a baixa exigência de qualificação profissional. No agronegócio, essas características também são perceptíveis. Na agropecuária, a força de trabalho feminina está concentrada na hortifruticultura e em atividades relacionadas com avicultura, grãos e bovinocultura, que tradicionalmente exigem menor força física, já que existe desestímulo à contratação de mulheres em áreas que demandam maior esforço (Cepea, 2018).

Contudo, num cenário mais recente, a força de trabalho feminina no agronegócio exibiu resultados positivos. O total de mulheres atuantes no setor, de 2004 a 2015, cresceu 8,3%, aumento de 24,1% para 28% da participação da mulher no mercado de trabalho do agronegócio (Cepea, 2018).

Porém, existem muitas desigualdades no setor, como a não contratação de mulheres em trabalhos tradicionalmente masculinos, além da diferenciação salarial entre elas e os homens empregados nos mesmos segmentos. De 2004 a 2015, o rendimento médio das mulheres ocupadas no agronegócio brasileiro cresceu, em termos reais, R\$ 224,45, aumento de 57%. Apesar disso, a disparidade salarial permanece alta entre homens e mulheres que atuam no mesmo setor. Em 2014–2015, a diferença foi de R\$ 227,25 – em termos absolutos – em favor da mão de obra masculina (Cepea, 2019).

Algumas teorias mais conservadoras optam por relacionar a diferença salarial com o grau de instrução; entretanto, dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) mostram que, em 2013, 58,9% do emprego formal era composto por mulheres com ensino superior completo e, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2014, a escolaridade das trabalhadoras era superior à dos trabalhadores, uma vez que elas configuravam 27% da parcela com 12 ou mais anos de estudo e eles, apenas 17% (Cesit, 2017).

Apesar dos avanços, ainda são muitos os desafios que as mulheres têm de enfrentar para o seu reconhecimento no mercado de trabalho do agronegócio. Mas elas vêm cada vez mais conquistando significativa parcela no setor. Sua presença é constante em inúmeras atividades: dentro da porteira – como produtoras agrícolas e pecuaristas – ou como executivas em empresas agroindustriais, docentes e pesquisadoras e inseridas em órgãos voltados às questões do agribusiness (Cielo et al., 2014).

É objetivo desta pesquisa mensurar o perfil das mulheres que atuam no agronegócio no

Paraná, tendo como foco os aspectos socioeconômicos das trabalhadoras. Examinar a atuação da mão de obra feminina no agronegócio contribui para mapear o cenário atual e entender como as questões de gênero estão organizadas nesse ramo de significativa parcela do PIB nacional.

Metodologia

Faz-se uso aqui dos microdados da Pnad de 2015 (IBGE, 2017), e, de maneira complementar, dos dados da Rais (Brasil, 2015) e de informações do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea, 2017), de Barros et al. (2014), da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae 2.0) (IBGE, 2006) e da Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar (Cnae-Domiciliar) (IBGE, 2004).

Classificação das atividades do agronegócio

O agronegócio, segundo a classificação do Cepea, envolve as atividades de (1) insumos para a agropecuária, (2) produção agrícola e pecuária, (3) indústrias de processamento de produtos agropecuários (bens primários de base vegetal ou animal), e (4) serviços. O Cepea usa as informações da Matriz de Insumo-Produto (MIP) brasileira de 2010, considerando as atividades listadas pela Cnae 2.0 e seus setores, contabilizados no agronegócio de acordo com a intensidade de sua vinculação com a agropecuária (Cepea, 2017).

A Pnad (IBGE, 2017), por sua vez, usa subdivisão conhecida por Cnae-Domiciliar, adotada nesta pesquisa. Na Cnae-Domiciliar, é menor o grau de desagregação das atividades econômicas em relação à Cnae 2.0; portanto, alguns setores da Cnae 2.0 não estão presentes, com a mesma especificidade, na listagem da Cnae-Domiciliar.

Tendo isso em vista – e considerando que definição do agronegócio de Barros (2017) se desenvolve com base na Cnae 2.0 –, para diferenciar os setores econômicos da Cnae-Domiciliar que fazem parte do agronegócio, total ou parcial-

mente, fez-se necessária uma compatibilização para salientar os setores correspondentes entre elas (Tabela 1).

Filtragem e cálculo da população ocupada no agronegócio paranaense

Como citado anteriormente, algumas atividades fazem parte do agronegócio apenas de maneira parcial, e, como na Cnae-Domiciliar é menor o grau de desagregação em relação à

Cnae 2.0, essas atividades precisam ser trabalhadas de maneira específica. Esses são o caso da produção de insumos (para fertilizantes, defensivos, medicamentos veterinários e maquinário agrícola), fabricação de produtos têxteis, confecção de artigos do vestuário e acessórios, preparação e fabricação de artefatos de couro, fabricação de móveis de madeira, fabricação de álcool e refino do petróleo e atividades dos agrosserviços.

Tabela 1. Atividades da Cnae-Domiciliar correspondentes às da Cnae 2.0.

Cnae 2.0	Segmento	Setor correspondente na Cnae-Domiciliar	Subsetor correspondente na Cnae-Domiciliar
2012; 2013	Insumos	24	24090
20517	Insumos	24	24090
10660	Insumos	Não consta similar	
21220	Insumos	24	24020
283	Insumos	29	29001
011; 012; 013; 014; 02	Primário	01; 02	01101 ao 01500; 02001 ao 02002
015; 017; 03	Primário	05	05001 e 05002
101; 102	Agroindústria	15	15010
105	Agroindústria	15	15030
107; 193	Agroindústria	15; 23	15041; 23400
108	Agroindústria	15	15042
103	Agroindústria	15	15021
104	Agroindústria	15	15022
106 (exceto 10660)	Agroindústria	15	15043
109	Agroindústria	15	15043
11	Agroindústria	15	15050
12	Agroindústria	16	16000
1311; 1312; 1321; 1322	Agroindústria	17	17001 e 17002
14	Agroindústria	18	18001 e 18002
1510; 1529; 1531	Agroindústria	19	19011 ao 19020
16	Agroindústria	20	20000
17	Agroindústria	21	21001 e 21002
3101	Agroindústria	36	36010 e 36090
46; 47; 49 a 53; 55; 56; 58 a 66; 68 a 75; 77 a 82; 84	Agrosserviços	22; 53; 55; 60 ao 67; 70; 71; 73 ao 75; 92	22000; 53010 ao 53113; 55010 ao 55030; 60010 ao 67020; 70001 ao 71030; 73000 ao 75020 (exceto 75014); 92011 ao 92040 (exceto 92015, 92030 e 92040)

Fonte: elaborado com dados da Cnae-Domiciliar (IBGE, 2004) e da Cnae 2.0 (IBGE, 2006).

Para a filtragem da população ocupada nessas atividades, foi utilizada a base de dados da Rais referente a 2015 (Brasil, 2015). A partir daí, foi possível a obtenção da porcentagem das atividades que fazem parte do agronegócio de maneira parcial, como foi o caso dos insumos, da produção de álcool e refino do petróleo e da produção de móveis de madeira. Para as demais atividades parcialmente pertencentes ao agronegócio – têxteis de base natural, vestuário e acessórios, couro e calçados de couro e dos agrosserviços –, adotaram-se as porcentagens obtidas por Barros et al. (2014). A Tabela 2 mostra os coeficientes encontrados com base nesse procedimento.

Os demais setores (01, 02, 05, 15, 16, 20 e 21) da Tabela 1 que não apresentam ponderação são considerados atividades totalmente pertencentes ao agronegócio.

Base de dados

Esta pesquisa usou a base de dados da Pnad de 2015 (IBGE, 2017) e empregou apenas

os dados referentes ao Paraná. A população investigada corresponde às pessoas de dez anos ou mais de idade. Ressalta-se que a Pnad considera como pessoas ocupadas aquelas que trabalham para o próprio consumo; portanto, nesta pesquisa consideram-se aqueles que desempenham atividade de subsistência, exceto nos cálculos referentes às remunerações.

A manipulação dos dados foi feita pela divisão das atividades da Cnae-Domiciliar (IBGE, 2004) por setores, seguindo a mesma disposição dos códigos nela comportados. Na sequência, os setores foram realocados dentro dos segmentos do agronegócio. Ao todo foram criados 59 setores, dispostos em cinco segmentos: (1) insumos, (2) agropecuária, (3) agroindústria, (4) agrosserviços e (5) atividades não pertencentes ao agronegócio.

As ponderações da seção anterior foram utilizadas para mensurar a população ocupada em cada segmento. Contudo, nem todas as variáveis que mensuram características dessa

Tabela 2. Setores da Cnae-Domiciliar parcialmente agro e suas respectivas ponderações.

Setor	Segmento	Atividade	Ponderação (%)
24	Insumos	Fabricação de produtos químicos	0,24 para produtos químicos (defensivos e fertilizantes); 0,1 para produtos farmacêuticos
29	Insumos	Fabricação de máquinas e equipamentos	0,26 para fabricação de máquinas agrícolas
17	Agroindústria	Fabricação de produtos têxteis	0,485 para têxteis de base natural
18	Agroindústria	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	0,36
19	Agroindústria	Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	0,625 para couro e calçados de couro
23	Agroindústria	Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	0,98 para produção de álcool e refino do petróleo
36	Agroindústria	Fabricação de móveis e industrias diversas	0,8 para fabricação de móveis de madeira
22; 53; 55; 60 ao 67; 70; 71; 73 ao 75; 92	Agrosserviços	Diversos	0,145

Fonte: elaborado com base nos dados de Barros et al. (2014) e da Rais (Brasil, 2015).

população – rendimentos, posição na ocupação no trabalho principal e nível de instrução – receberam as ponderações, pois seria necessário escolher uma amostra populacional de maneira aleatória⁴. Especificamente no caso da variável *Anos de estudo*, as ponderações foram aplicadas, tendo em vista que as amostras aleatórias que contemplem a parcela pertencente ao agronegócio não diferem de maneira significativa dos resultados para a população total.

Resultados e discussão

Mensuração do mercado de trabalho feminino no agronegócio do Paraná

Em 2015, o agronegócio paranaense respondeu por 26,6% da população total ocupada no estado, incorporando cerca de 1,4 milhão de pessoas ativas. Em relação ao mercado de trabalho feminino, as mulheres ocupadas no agronegócio contemplaram 23,1% de toda a população feminina ocupada no Paraná, compreendendo cerca de 520 mil mulheres.

Diferentemente do que se vê no cenário do agronegócio brasileiro, no Paraná o segmento que mais empregou mulheres foi o primário de base agrícola (ou “dentro da porteira”), com cerca de 215 mil trabalhadoras. Contudo, esse foi o setor com maior diferença entre a população feminina ocupada e a população feminina remunerada, tendo em vista que aproximadamente 2,9 mil mulheres trabalharam no setor primário sem receber remuneração, o que pode ser explicado pela execução do trabalho voltado ao consumo próprio e à subsistência. Logo depois, está o segmento da agroindústria, seguido pelo segmento de agrosserviços e, por fim, o segmento correspondente à produção de insumos foi o que empregou a menor parcela de trabalhadoras em 2015 (Tabela 3).

Tabela 3. População feminina ocupada no agronegócio paranaense e em seus segmentos (2015).

Segmento	População ocupada	Participação (%)
Insumos	7.611	1,5
Primário	215.163	41,1
Agroindústria	168.407	32,1
Agrosserviços	132.874	25,4
Total agronegócio	524.055	100

Considerando as atividades de “dentro da porteira”, o setor que mais empregou mulheres foi o de agricultura e pecuária, com 211 mil trabalhadoras, com destaque para o subsetor de cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura, que totalizou 20% da força de trabalho atuante no segmento primário. Quanto à produção pecuária, a maior parcela de mulheres empregadas ocupou o subsetor de criação de aves, com 36 mil trabalhadoras, seguido pelo de criação de bovinos, com 35 mil.

Esses resultados são compatíveis com a força de trabalho feminina no agronegócio brasileiro em 2015, principalmente no setor primário em hortifruticultura e avicultura, grãos e bovinocultura. Estudos do Cepea (2018) afirmam que esses setores, sobretudo a hortifruticultura e a avicultura, são reconhecidos pela menor exigência de força física na realização do trabalho e, desse modo, a concentração de mulheres é historicamente maior do que nas demais culturas. De acordo com Georgino (2008), o Sul está entre as regiões que mais contratam mão de obra feminina no setor hortifrutícola, e as mulheres são mais demandadas do que os homens em funções que exigem maior habilidade manual e atenção. A disciplina e a responsabilidade femininas também são pontos levados em consideração na admissão.

No segmento da agroindústria no Paraná, a maior parcela da população feminina ocupada

⁴ Os resultados obtidos com base em amostras aleatórias diferem significativamente dos resultados obtidos quando se realiza o cálculo utilizando a população total.

esteve alocada no setor de fabricação de produtos alimentícios e bebidas: 56% do total da força de trabalho empregada no segmento. Em seguida, os setores de confecção de artigos do vestuário e acessórios e fabricação de produtos têxteis alocaram, respectivamente, 16,4% e 9,7% das mulheres ocupadas na agroindústria paranaense.

O segmento de serviços foi o terceiro que mais empregou mulheres no agronegócio paranaense (Tabela 3). Cerca de 43% das mulheres do segmento estavam alocadas no setor de comércio a varejo e por atacado e reparação de objetos pessoais e domésticos, com destaque para os subsetores de comércio de artigos do vestuário, complementos e calçados (10%) e comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo (9%). O setor de alojamento e alimentação empregou 15,8% da população feminina atuante no segmento.

Como indica Bruschini (2007), o emprego das mulheres continua seguindo certo padrão de ocupação, caso dos setores tradicionais da indústria – costureiras na indústria de confecção, por exemplo, e nas ocupações referentes ao cuidado pessoal, higiene e alimentação, como tintureiras, arrumadeiras em domicílios e hotéis, faxineiras, lavadeiras e cozinheiras. Esses resultados mostram que, até o ano analisado, esse padrão de ocupação ainda era notável.

Já o segmento responsável pela produção de insumos para a agropecuária ocupou a menor parcela das mulheres que atuaram em 2015 na força de trabalho do agronegócio paranaense. Dessas mulheres, 69,2% estavam alocadas no setor de produtos químicos – farmacêuticos, fertilizantes e defensivos agrícolas – e 30,7% estavam no setor de fabricação de máquinas e equipamentos, especificamente de maquinário agrícola.

Perfil das mulheres ocupadas no agronegócio paranaense

A faixa etária era de 30 a 34 anos, e o segmento que empregou mulheres mais jovens foi o

de agrosserviços – 28% tinham idade de 25 a 34 anos. Já nas atividades primárias, a predominância foi de mulheres de faixa etária mais alta, em que as trabalhadoras com idade de 45 a 54 anos representavam 26% do total das responsáveis pelas tarefas. Mulheres com idade acima de 70 anos também estavam presentes na execução de atividades do segmento primário: 7% do total.

Para o ano analisado, 68% das trabalhadoras eram solteiras e 13%, divorciadas; apenas 8% eram casadas. Já em relação à maternidade, 72% tinham filhos. Desse modo, o perfil predominante era o de mulheres solteiras sem filhos (37,4%), seguido de mulheres solteiras com filhos (31,2%). Esse perfil segue a mesma relação das mulheres que atuavam fora do agronegócio – 64% eram solteiras e 74% possuíam filhos. Com relação ao tipo de família, 47,5% das mulheres ocuparam posição de cônjuge e 32,5% eram tidas como a pessoa de referência, percentuais que estão em crescimento desde a década de 1980, como ressaltam Hoffmann & Leone (2004), quando mulheres com idade acima de 25 anos, cônjuges e chefes de família estiveram entre aquelas cuja participação no trabalho remunerado aumentou. Bruschini (2007) também evidencia o crescimento dos arranjos familiares chefiados por mulheres e, conseqüentemente, a possibilidade de maior autonomia a elas.

Quanto à posição na ocupação no trabalho principal, em 2015 as empregadas com carteira assinada responderam por 53% do total das ocupadas no agronegócio, e aquelas que trabalham por conta própria formaram o segundo maior percentual (16%). Essa proporção não se distancia muito daquela referente ao Paraná como um todo, em que 43% das mulheres estiveram empregadas com carteira assinada, seguidas pelas que trabalhavam por conta própria, 14% (Tabela 4). Segundo estudo do Cepea (2018), o grau de formalização da mão de obra feminina empregada no agronegócio evoluiu de 2004 a 2015 de maneira mais intensa do que para o Brasil como um todo. Nesse período, o número de trabalhadoras com carteira assinada

Tabela 4. Distribuição das mulheres ocupadas por posição no trabalho principal para o agronegócio, seus segmentos e para o Paraná em 2015 (%).

Posição na ocupação	Agronegócio Paraná					Paraná
	Insumos	Primário	Indústria	Serviços	Total	
Com carteira assinada	88,64	8,90	63,68	59,89	53,91	43,61
Sem carteira assinada	2,27	10,43	6,58	10,90	9,97	8,96
Conta própria	2,27	19,33	26,05	14,07	16,54	14,45
Empregadora	6,82	1,53	1,84	6,08	4,77	3,54
Consumo próprio	-	37,42	-	-	5,24	3,05
Não remunerada	-	22,39	1,84	2,09	4,85	3,00

creceu 5,35% ao ano; para o País, o aumento foi de 3,94%.

Quanto à informalidade, de acordo com estudo do Cepea (2018), a quantidade de empregos femininos informais no agronegócio caiu mais do que no Brasil como um todo em 2004–2015. A quantidade de mulheres ocupadas no agronegócio sem carteira assinada caiu 5,62% ao ano; no País, a queda foi de 2,24%. Para esta análise em relação ao Paraná, evidencia-se que o índice de informalidade se manteve alto. Como mostra a Tabela 4, as categorias de trabalhadoras por conta própria e de empregadas sem carteira de trabalho assinada representam a quantidade considerável de 26,51% de mulheres que atuavam na informalidade.

Apesar da semelhança entre a distribuição das mulheres ocupadas por posição no trabalho principal do agronegócio e o total de ocupadas no Paraná, os resultados mostram diferenças relevantes quando se examinam os segmentos do setor. Nos segmentos responsáveis pela produção de insumos e pela produção industrial, as mulheres com carteira assinada responderam por 88% e 63%, respectivamente, do total. No entanto, essa posição agrupou apenas 8% das mulheres ocupadas nas atividades agropecuárias do segmento primário. O número de trabalhadoras por conta própria também foi expressivo: 26% e 19%, respectivamente – grande parcela

de mulheres atuantes sem nenhuma forma de proteção.

Conforme a Tabela 4, as mulheres que trabalhavam na produção para o consumo próprio estiveram substancialmente presentes no agronegócio, concentradas no segmento primário: 37% de todas as atuantes “dentro da porteira” o faziam para o próprio consumo ou de demais familiares. Destaca-se também, nesse mesmo segmento, a proporção de mulheres não remuneradas, equivalente a 22% do total de ocupadas. Alguns fatores que podem explicar essas proporções mais elevadas são a condição da mulher no núcleo familiar, encarregada das atividades domésticas, o que inclui prover o sustento da família (Bruschini, 2007), além de fatores históricos e culturais que contribuem para a invisibilidade do trabalho feminino e de sua participação na renda familiar, fazendo com que suas tarefas sejam desprovidas de valor produtivo ou consideradas apenas como ajuda na manutenção da estrutura familiar (Cielo et al., 2011). Em contrapartida, especificamente no segmento das atividades primárias, a porcentagem de homens que atuavam no trabalho para o consumo próprio era de 10%; os não remunerados compunham apenas 4%.

Nota-se ainda a presença de mulheres não remuneradas no segmento agroindustrial e de agrosserviços, o que, segundo Bruschni (2007), sobre o período de 1993 a 2005, aponta que a

precarização das relações de trabalho feminino se expandiu para além do âmbito agrícola.

A média de anos de estudo, de acordo com o IBGE (2016), em 2015 era de 7,8 anos para o Brasil e de 8 anos para as mulheres – superior à dos homens, que era 7,6 anos. Conforme a Tabela 5, a média de anos de estudo das mulheres paranaenses foi superior à média nacional para aquele ano; em relação às ocupadas no agronegócio, a média no estado foi ainda maior.

A maior média de anos de estudo das trabalhadoras foi a do segmento produtor de insumos. O que empregou mulheres com menos anos de estudo foi o primário, com média de 6,9 anos. Pode-se argumentar essa diferença pelo fato de a agricultura geralmente demandar força de trabalho menos qualificada, por ser

considerada menos dinâmica e sofisticada do que as demais atividades do agronegócio, como mencionam Hoffmann & Ney (2004). Contudo, segundo os autores, boa parte da diferença entre o segmento primário e os demais deve-se à grande desigualdade de oportunidade educacional, desfavorável aos agricultores.

Quanto ao nível de instrução da população feminina, a maioria das ocupadas no agronegócio paranaense em 2015 possuía formação média (42%), seguidas por aquelas sem instrução (25%). Mulheres com formação fundamental e superior compuseram a minoria: respectivamente 16,18% e 16,14% do total (Tabela 6).

O segmento que se destacou pela maior concentração de mulheres sem instrução foi, novamente, o primário, com 60% da categoria

Tabela 5. Média de anos de estudo para mulheres, homens e população total para o agronegócio, seus segmentos e Paraná, em 2015⁽¹⁾.

Segmento	Mulheres	Homens	População total
Insumos	12,07	10,1	11,5
Primário	6,9	7,08	7,05
Agroindústria	10,1	10,4	10,3
Agrosserviços	11,4	11,3	11,4
Agronegócio	9,2	9,03	9,1
Total Paraná	8,3	8,1	8,2

⁽¹⁾ Os resultados referentes ao agronegócio foram calculados com as ponderações da seção Filtragem e cálculo da população ocupada no agronegócio paranaense.

Tabela 6. Distribuição da população feminina segundo o nível de instrução, para o agronegócio, seus segmentos e Paraná, em 2015 (%)⁽¹⁾.

Segmento	Sem instrução	Fundamental	Médio	Superior
Insumos	15,67	6,83	45,37	32,14
Primário	60,98	16,20	19,37	3,44
Agroindústria	29,47	22,31	40,37	7,85
Agrosserviços	15,86	14,83	48,47	20,84
Agronegócio	25,15	16,18	42,53	16,14
Outras atividades	23,40	13,11	32,16	31,33
Total Paraná	47,16	14,44	25,83	12,57

⁽¹⁾ Para o nível “sem instrução”, foram consideradas as mulheres sem nenhuma instrução, com fundamental incompleto ou equivalente; para o “nível fundamental”, mulheres com fundamental completo ou equivalente e com médio incompleto ou equivalente; para o nível “médio”, mulheres com ensino médio completo ou equivalente e com superior incompleto; e para o nível “superior”, mulheres com superior completo.

(Tabela 6). Isso se reflete, como evidenciado anteriormente, na baixa média de anos de estudos para esse segmento. As mulheres com ensino médio foram a segunda maior presença nas atividades agropecuárias (19%).

Os segmentos compostos, em sua maioria, por mulheres com nível de instrução mais alto foram o de produção de insumos, sendo 45% com formação média e 32% com formação superior, e o de agrosserviços, no qual 48% das trabalhadoras possuíam nível médio e 20%, nível superior.

Por fim, na agroindústria predominou a presença de mulheres sem instrução (29%) e com formação média (40%). Nesse segmento, as de nível fundamental compuseram 22%; e as de nível superior, apenas 7%.

Análise dos rendimentos das mulheres do agronegócio paranaense

Os cálculos para estimar os rendimentos consideraram apenas a população que recebe alguma renda proveniente de sua ocupação. Assim, diferentemente da seção anterior, não

foram considerados trabalhadores não remunerados. Ressalta-se também que para os cálculos dos rendimentos as ponderações apresentadas na seção Filtragem e cálculo da população ocupada no agronegócio paranaense não foram utilizadas. Logo, nas atividades parcialmente pertencentes ao agronegócio, o rendimento médio considerado foi aquele referente ao total da população ocupada e não só à parcela de trabalhadores relacionada ao agronegócio.

Os rendimentos dos trabalhadores paranaenses foram superiores àqueles auferidos no Brasil como um todo, tanto para os do agronegócio quanto para os empregados em outros setores. A diferença percentual entre eles também foi menor no Paraná: a remuneração dos segundos foi 2,2% inferior à dos primeiros em termos nacionais, enquanto a diferença foi de apenas 0,5% no Paraná (Tabela 7).

Estudos do Cepea (2019) referentes a 2004–2015 apontam que os salários das mulheres empregadas no agronegócio subiram 57%, mas a disparidade ainda é alta quando comparados ao nível médio salarial dos homens que atuam nas mesmas atividades. A avaliação dos dados

Tabela 7. Rendimento médio (R\$) de mulheres, homens e população total no agronegócio, seus segmentos e para outras atividades econômicas, para o Paraná e para o Brasil (2015).

	Segmento	Mulheres	Homens	População total
Paraná	Insumos	1.895	2.460	2.324
	Primário	1.143	1.653	1.558
	Agroindústria	1.212	1.875	1.581
	Agrosserviços	1.803	2.762	2.367
	Agronegócio	1.648	2.410	2.116
	Outras atividades	1.682	2.755	2.105
	Total Paraná	1.664	2.395	2.088
Brasil	Insumos	2.271	2.594	2.514
	Primário	869	1.136	1.102
	Agroindústria	1.035	1.672	1.359
	Agrosserviços	1.684	2.306	2.051
	Agronegócio	1.556	2.006	1.839
	Outras atividades	1.470	2.340	1.797
	Total Brasil	1.517	2.001	1.779

de 2015 nesta pesquisa também converge para esse resultado. Estimou-se o rendimento médio de R\$ 1.648,00 para as mulheres do agronegócio paranaense, valor 46% menor do que o recebido pelos homens que exercem as mesmas funções. Essa mesma discrepância aparece na diferença dos rendimentos entre mulheres e homens que atuam em outras atividades (63%) e no Paraná como um todo (43%). Como mencionado anteriormente, algumas teorias mais conservadoras preferem explicar a diferença salarial entre os gêneros alegando que os anos de estudo e os níveis de instrução dos homens são mais elevados do que os das mulheres. Porém, como mostra a seção anterior, a média de anos de estudo das mulheres no Paraná foi superior à dos homens e para o agronegócio essa diferença também se confirmou.

Essa desigualdade entre as remunerações, de acordo com Bruschini (2007), é mais bem percebida na indústria de transformação. Em 2002, 46% dos ocupados recebiam até dois salários mínimos, enquanto 73% das ocupadas estavam na mesma faixa de renda. Nos segmentos do agronegócio, isso também é verificado, sendo as diferenças salariais de 30% para o segmento primário, 34% para o de serviços e 35% para as atividades industriais, sempre favoráveis à população masculina.

Verificou-se uma concentração de mulheres que receberam menos de um salário mínimo no País em 2015 no segmento primário (38%). Além disso, 24% delas receberam remuneração inferior a meio salário mínimo. Na outra extremidade, apenas 7,8% dessas trabalhadoras receberam mais de três salários mínimos e apenas 3%, salários maiores que R\$ 5 mil. Na média, esse é o segmento que atribuiu menor rendimento às mulheres ocupadas no Paraná, com R\$ 1.143,00 mensais.

Em relação à disparidade entre os rendimentos das mulheres ocupadas nos diversos segmentos do agronegócio, tiveram remuneração mais alta as que trabalham na produção de insumos, com média de R\$ 1.895,00 mensais, enquanto as do agrosserviço, agroindústria e agropecuária

receberam, respectivamente, rendimentos 5%, 56% e 65% inferiores. Ainda no segmento dos insumos, a remuneração mais alta foi observada entre as mulheres que atuaram no setor fabricante de máquinas e equipamentos – maquinário agrícola em específico –, com R\$ 2.294 mensais. Na agroindústria, as mulheres mais bem remuneradas estavam no setor de produção de álcool e refino do petróleo, seguido pelo setor de fabricação de papel e celulose. Já no segmento dos agrosserviços, o setor que melhor remunerou as mulheres em 2015 foi o de pesquisa e desenvolvimento de ciências sociais e humanas, com média de R\$ 4.058,00 mensais, seguido pelo setor de intermediação financeira (R\$ 3.161,00).

Quando se compara a remuneração auferida pelas mulheres ocupadas no agronegócio com a das mulheres que trabalham em outras atividades, estas segundas recebem, em média, salários maiores, como alega o Cepea (2019). Neste estudo também se verificou que os rendimentos das mulheres à frente do agronegócio foram em média 2% inferiores aos das trabalhadoras de outros setores.

No caso da posição de ocupação no trabalho principal, como mostra a Tabela 8, no agronegócio paranaense as mulheres com remuneração mais alta foram as empregadoras, seguidas daquelas que trabalham por conta própria. Em contrapartida, a posição de remuneração mais baixa foi aquela referente às trabalhadoras sem carteira assinada, que, além de receberem menos, não possuem as garantias trabalhistas previstas em lei. Ainda no que se refere ao trabalho informal, em 2015 as mulheres que trabalharam sem carteira assinada receberam 44% a menos do que as que trabalham por conta própria.

No agronegócio, a diferença de rendimentos entre as que trabalharam com e as sem carteira – com remunerações sempre favoráveis ao primeiro grupo – é mais expressiva na produção de insumos (47%), seguida pela indústria (43%) e pelos serviços (25%).

Nas atividades de base agropecuária, a diferença salarial entre essas categorias (com e

Tabela 8. Rendimento médio (R\$) das mulheres por posição no trabalho principal para o agronegócio, seus segmentos e para o Paraná (2015).

Segmento	Com carteira	Sem carteira	Conta própria	Empregadora
Insumos	1.905	1.000	-	2.618
Primário	1.050	840	1.134	4.500
Agroindústria	1.360	770	873	2.021
Agrosserviços	1.487	1.108	1.862	3.958
Agronegócio	1.461	1.025	1.483	3.805
Outras atividades	1.674	1.314	1.793	4.902
Total Paraná	1.520	1.121	1.550	4.202

sem carteira assinada) foi a menor estimada no agronegócio: 20%. Contudo, esse segmento foi o que pior remunerou as mulheres com carteira assinada. Quanto ao trabalho informal, a menor remuneração média foi para aquelas que atuavam sem carteira assinada, equivalente a 74% dos rendimentos das que trabalhavam por conta própria.

Quando comparados os rendimentos das mulheres do agronegócio com os de outros setores, neste segundo as remunerações são mais favoráveis para todas as posições, com destaque para as empregadoras e trabalhadoras sem carteira assinada, que, em outros setores receberam, ambas, 28% a mais do que as do agronegócio.

Finalmente, avaliaram-se os rendimentos por escolaridade. Primeiramente, conforme o

esperado, as remunerações médias auferidas no agronegócio evoluíram com o grau de instrução: fundamental, R\$ 1.180,00; médio, R\$ 1.406,00; e superior, R\$ 3.453,00 (Tabela 9). Aquelas que atuavam no agronegócio e não possuíam formação receberam, em média, R\$ 1.056,00 mensais.

Para fins de comparação, as mulheres com instrução fundamental recebiam em média 11% a mais do que aquelas sem instrução; com formação média, 19% a mais do que as com instrução fundamental; com nível superior, 145% a mais do que as de formação média. Conforme o Cepea (2019), em 2014–2015 a diferença salarial entre mulheres com 13 ou mais anos de estudo e sem instrução era de 154,8% em âmbito nacional. De acordo com a Tabela 9, no Paraná a diferença foi de 226%⁵.

Tabela 9. Rendimento médio (R\$) das mulheres por nível de instrução para o agronegócio, seus segmentos e para o Paraná, (2015).

Segmento	Sem instrução	Fundamental	Médio	Superior
Insumos	1.028	1.029	1.291	3.390
Primário	1.098	1.108	1.177	1.966
Agroindústria	884	1.101	1.231	2.661
Agrosserviços	1.129	1.221	1.458	3.552
Agronegócio	1.056	1.180	1.406	3.453
Outras atividades	795	970	1.358	2.988
Total Paraná	929	1.095	1.389	3.197

⁵ Resultado calculado pela comparação entre os níveis “superior” e “sem instrução”; baseado na classificação do IBGE (2016) que considera 12 anos de estudo a partir da 1ª série concluída e com aprovação de curso superior de graduação.

Contrastando as remunerações por escolaridade entre os segmentos do agronegócio, o primário de base agropecuária foi o de maior ocupação de mulheres sem instrução (53%), que recebiam em média R\$ 1.098,00 mensais. Já o segmento de maior concentração de mulheres com formação superior foi o produtor de insumos, 32% das remuneradas no segmento, com média de R\$ 3.390,00 mensais.

As maiores diferenças salariais em relação aos níveis de instrução “fundamental” e “médio”, com referência ao “sem instrução”, foram estimadas para a agroindústria: as mulheres com formação fundamental recebiam 24% a mais do que as sem instrução; para a categoria média, a remuneração das mulheres foi cerca de 39% superior à da primeira categoria. Já quando comparados os níveis “superior” e “sem instrução”, os segmentos de maiores diferenças salariais foram o de insumos (229%), os serviços (214%) e a agroindústria (200%).

Considerações finais

Com base na análise dos dados da Pnad, pode-se considerar que, em 2015, o agronegócio do Paraná respondeu por 23,1% da população feminina total ocupada no estado, empregando 520 mil mulheres nos quatro segmentos principais: produção de insumos para a agropecuária; atividades primárias de base agropecuária; indústria de transformação de produtos de base agrícola e pecuária; e serviços que contemplam esses produtos e os destinam aos consumidores finais ou à exportação.

Em relação às remunerações, verificou-se que as mulheres do agronegócio auferiram rendimentos em média 2% inferiores aos dos outros setores econômicos. Mulheres empregadas com carteira assinada foram a maioria dentro do agronegócio, mas o emprego informal e as atividades voltadas ao consumo próprio e não remuneradas ainda estiveram presentes de maneira expressiva. Quanto à escolaridade, o número médio de anos de estudo das mulheres foi superior à média de todas as mulheres paranaenses, o que se reflete

na alta presença de trabalhadoras de níveis médio e superior.

O segmento primário foi o responsável pela maioria delas no agronegócio (41,1%) e, por isso, influenciou outros resultados de maneira relevante, como no trabalho não remunerado, informal, voltado ao consumo próprio e nos níveis de instrução inferiores. Por fim, os rendimentos do segmento também sofreram interferência dessas características: as mulheres que trabalhavam nas atividades “dentro da porteira” receberam as menores remunerações de toda a população feminina que atuou no agronegócio paranaense em 2015.

Os segmentos de insumos, da agroindústria e dos agrosserviços mostraram um quadro mais homogêneo. Empregaram significativas parcelas de mulheres com carteira assinada e com média de anos de estudo mais elevada – concentraram a maioria das mulheres com níveis de instrução médio e superior. Seus rendimentos foram perceptivelmente superiores aos das trabalhadoras das atividades agropecuárias.

Além das características apresentadas, é importante mencionar que diversos fatores não analisados aqui também contribuem para a composição do mercado de trabalho feminino no agronegócio e afetam diretamente os rendimentos, como as diferenças salariais das mulheres de acordo com o número de filhos, estado civil, cor ou raça, jornada de trabalho, local de moradia e trabalho.

Esta pesquisa buscou contribuir com a literatura sobre o mercado de trabalho feminino, as nuances do agronegócio e as características que predominam no Paraná. De modo geral, ao analisar a estrutura do mercado de trabalho feminino no agronegócio paranaense, pressupõe-se que traçar um único perfil dessas mulheres é uma tarefa difícil, já que, por meio das variáveis utilizadas, este estudo mostra que o perfil dessas mulheres é bastante diverso, contemplando desde altos níveis de escolaridade e de trabalho formal até significativos índices de informalida-

de, de trabalhadoras sem instrução e de trabalho desprovido de valor produtivo.

Por fim, a participação feminina no mercado de trabalho do agronegócio, mesmo que ainda pouco explorada e, muitas vezes, subestimada, é de suma importância social e econômica. Além de crescer ao longo dos anos, como mostram outros estudos, no Paraná a força de trabalho feminina no setor é composta por mulheres bastante qualificadas e que contribuem substancialmente para a produção e geração de valor.

Nesse sentido, os resultados alcançados aqui podem contribuir para a formulação de políticas públicas destinadas às mulheres que compõem a força de trabalho do estado, sobretudo àquelas que atuam no agronegócio, de modo a assegurar os direitos conquistados por elas e garanti-los àquelas que ainda atuam na informalidade, em atividades voltadas ao consumo próprio, não remuneradas e sem nenhuma proteção. Além disso, tendo em vista que o Paraná é destaque no cooperativismo nacional, especialmente em atividades da cadeia produtiva do agronegócio, esta pesquisa pode contribuir também para o desenvolvimento de programas que incluam as trabalhadoras desse setor e, que, assim, permitam que elas se movam dentro da cadeia produtiva, alcancem novos mercados e continuem contribuindo para o crescimento do setor.

Referências

BARROS, G.S.A. de C. (Coord.). **Mercado de trabalho do agronegócio brasileiro**: aspectos metodológicos. Piracicaba: Cepea, 2017. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Defini%C3%A7%C3%B5es%20e%20procedimentos%20metodol%C3%B3gicos%20-%20Cepea_Esalq_USP_divulga%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

BARROS, G.S.A. de C.; SILVA, A.F.; FACHINELLO, A.L. **PIB do agronegócio brasileiro**: comentários metodológicos. Piracicaba: Cepea, 2014. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea_NotaMetodologica_Nova.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Economia. **Relação Anual de Indicadores Sociais**: RAIS. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

BRUSCHINI, M.C.A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, p.537-572, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300003>.

CASTRO, N.R.; BARROS, G.S. de C.; ALMEIDA, A.N.; GILIO, L.; MORAIS, A.C. de P. Mercado de trabalho e rendimentos no agronegócio de Minas Gerais. **Revista de Economia e Agronegócio**, v.15, p.386-405, 2017. DOI: <https://doi.org/10.25070/rea.v15i3.490>.

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Metodologia – PIB do Agronegócio Brasileiro**: base e evolução. Piracicaba, 2017. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Metodologia%20PIB_divulga%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Mulheres no agronegócio**. Piracicaba, 2018. v.1, edição especial.

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Mulheres no agronegócio**. Piracicaba, 2019. v.3, edição especial.

CESIT. Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho. **As mulheres e o mercado de trabalho**. São Paulo, 2017. (Cadernos de formação: Mulheres: mundo do trabalho e autonomia econômica, 3).

CIELO, I.D.; LIMA, J.F. de; ALVES, L.R. Mapeamento do emprego formal feminino no estado do Paraná. **Revista Publicatio UEPG: Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes**, v.19, p.59-70, 2011. DOI: <https://doi.org/10.5212/PublicatioHum.v.19i1.0006>.

CIELO, I.D.; WENNINGKAMP, K.R.; SCHMIDT, C.M. A participação feminina no agronegócio: o caso da Coopavel – Cooperativa Agroindustrial de Cascavel. **Revista Capital Científico**, v.12, p.59-77, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5935/2177-4153.20140004>.

GEORGINO, M. Desmistificando a mão de obra feminina. **Revista Hortifruti Brasil**, ano6, p.6-13, 2008.

HOFFMANN, R.; LEONE, E.T. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia**, v.14, p.35-58, 2004.

HOFFMANN, R.; NEY, M.G. Desigualdade, escolaridade e rendimentos na agricultura, indústria e serviços, de 1992 a 2002. **Economia e Sociedade**, v.13, p.51-79, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: síntese

de indicadores 2015. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) 2.0**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<https://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/atividades-economicas/classificacao-nacional-de-atividades-economicas>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar (CNAE-Domiciliar)**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<https://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/atividades-economicas/cnae-domiciliar-2-0>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD**

2015. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=microdados>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

PARANÁ. Agência de Notícias do Paraná. **Estado tem margem para ampliar ainda mais a agropecuária**. 2019a. Disponível em: <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=101412&tit=Estado-tem-margem-para-ampliar-ainda-mais-a-agropecuaria>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

PARANÁ. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. **Agroegócio do Paraná mantém ritmo de crescimento, diz Censo**. Curitiba, 2019b. Disponível em: <<http://www.agricultura.pr.gov.br/Noticia/Agronegocio-do-Parana-mantem-ritmo-de-crescimento-diz-Censo>>. Acesso em: 17 nov. 2019.